



# RESENHA

Boletim da Diretoria Executiva da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco - ANO 7/ N° 34 JUNHO 2023

## Reforma tributária é destaque na 220ª reunião do Conselho Deliberativo



A Fenafisco realizou nos dias 30 e 31 de maio, a 220ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo (CD), em Brasília. O encontro teve como destaque a reforma tributária. Também foram discutidos o Fórum Internacional Tributário e o trabalho legislativo.

Na oportunidade o grupo concentrou esforços em elaborar sugestões para aperfeiçoamento de pontos na PEC 110/2019, que versam sobre as competências tributárias dos respectivos entes às autonomias, atribuições e prerrogativas das carreiras das Administrações Tributárias.

### **FIT 2023**

O diretor da entidade, Glauco Honório, comemorou o sucesso do primeiro Pré-FIT, realizado em 29 de na Câmara dos Deputados.

O seminário de abertura do evento focou em modelos de tributação adotados em diferentes países do mundo e contribuições para a promoção de justiça fiscal no Brasil. O próximo seminário que antecede a 3ª edição do Fórum Internacional Tributário - FIT, está agendado para o dia 4 de julho. O evento principal será nos dias 28 a 30 de agosto, em Brasília.

**Pré-FIT debate modelos de tributação pelo mundo**

**Ministro da Previdência recebe servidores públicos**

**Fenafisco participa de capacitação em Berlim**

## REFORMA TRIBUTÁRIA

## Pré-FIT 2023: Entidades do Fisco e parlamentares defendem que Reforma Tributária

A reforma do consumo é necessária, mas não enfrenta a questão da eficiência econômica e da desigualdade social. Essa é a conclusão de representantes das entidades do fisco, que também criticam o “fatiamento” da Reforma Tributária. As entidades Fenafisco, Anfip, Sindifisco reuniram especialistas internacionais, nacionais e parlamentares, no dia 29 de maio, em debate no seminário Pré-Fórum Internacional Tributário (Pré-FIT 2023). Modelos de tributação pelo mundo e as soluções que podem contribuir com uma maior justiça fiscal no Brasil estiveram em pauta.

O presidente da Fenafisco, Francelino Valença, explicou que as propostas discutidas no Congresso Nacional devem contemplar apenas a tributação sobre o consumo. “Duas propostas estão em debate na Comissão Especial, e o ponto focal não está sendo discutido, que é a mudança dessa perversa lógica da tributação excessiva sobre o consumo”, afirma.



A preocupação do fatiamento da Reforma também foi levantada pelos parlamentares presentes no evento, como o deputado Lindberg Farias (PT),

que manifestou preocupação. Segundo Farias, se as duas partes fossem encaminhadas juntas, tributação sobre a renda, patrimônio e consumo, a proposta teria mais força.

Convidados internacionais do Pré-FIT, Alexander Klemm, chefe da Divisão de Política Tributária do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), e Alberto Barreix, economista-chefe fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fizeram uma análise comparativa entre o sistema tributário brasileiro e

alguns modelos internacionais.

### Pacto de Brasília é recebido no Ministério da Fazenda

Dirigentes de entidades sindicais representativas do Fisco foram recebidos em 30/5, no Ministério da Fazenda, para reunião com Manoel Procópio Jr., integrante da força-tarefa da reforma tributária, comandada pelo secretário especial da pasta, Bernard Appy.



A audiência intermediada pela diretoria do Sindifisco-MG, teve como objetivo discutir as preocupações da classe fiscal frente ao texto da proposta de reforma tributária em construção, bem como debater medidas para assegurar uma reforma que garanta a regulamentação constitucional da estrutura da Administração Tributária.

Na oportunidade o presidente da Fenafisco, Francelino Valença, avaliou como positiva a aproximação institucional da Federação com a equipe técnica.

O diretor Celso Malhani, destacou que o Pacto de Brasília atua

na tentativa de estabelecer que a reforma preserve as atribuições das administrações tributárias dos entes federados, de modo a garantir o pleno exercício das prerrogativas profissionais.

Atento ao pleito, Manoel Procópio Jr. agradeceu as entidades presentes pelas sugestões propostas, e reiterou que a equipe do Ministério da Fazenda tem compreensão da importância de uma Administração Tributária eficiente, em consonância com princípios republicanos.

#### RESENHA

Boletim DirEx da Fenafisco

**Dir. de Comunicação Fenafisco**  
Marlúcia Paixão

**Textos:**  
Allan César | 13138 DRT - DF  
Wanúbia Lima | MTB 9585 - DF

**Edição:**  
Wanúbia Lima

**Diagramação:**  
Allan César

**Projeto Gráfico:**  
Ascom Fenafisco

VERSÃO DIGITAL



## REFORMA TRIBUTÁRIA

## Entidades do Fisco se reúnem com deputado Agnaldo Ribeiro

Representantes do Pacto de Brasília participaram em 26/4 de reunião com o deputado federal Agnaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Pela Federação estavam presentes o presidente Francelino Valença, e o diretor Celso Malhani.

Na oportunidade foram apresentadas sugestões em documento elaboradas pelo colegiado, voltadas ao aperfeiçoamento e reorganização do sistema tributário e reiterada a importância de a reforma preservar o pacto federativo, promover o fortalecimento do Estado Social por meio da diminuição da regressividade, além da regulamentação constitucional da estrutura



da Administração Tributária. Na ocasião Valença externou a preocupação do Fisco surgida ao longo dos debates. “Em relação à reforma tributária, temos algumas preocupações sobre o conceito “interfederativo”, uma vez que as administrações tributárias dos estados,

municípios e da União não possuem nenhum outro órgão com ingerência política acima delas. Entretanto, alguns desenhos debatidos nos chamaram atenção, como o Conselho dos Contribuintes, que segundo o organograma disponibilizado na internet, estaria em posição mais elevada que a corregedoria. Ou seja, um Conselho acima de todas as instâncias pode vir a ter poderes muito significativos no contexto das administrações tributárias, que representam de fato os interesses do Estado”, explicou.

O parlamentar ouviu atentamente o pleito das entidades nacionais que compõe o Pacto de Brasília e enfatizou que a construção da proposta deve ser conjunta.

## Presidente da Alepe recebe Fenafisco e diretoria do Sindifisco-PE

Dando continuidade ao trabalho de mobilização parlamentar nos estados em busca de apoio à aprovação da reforma tributária, o presidente da Fenafisco, Francelino Valença, acompanhado por dirigentes do Sindifisco-PE, foram recebidos em 10/5 pelo presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), deputado Álvaro Porto (PSDB-PE), e pelo deputado João de Nadege (PV).

Na oportunidade, Valença apresentou o trabalho realizado Pacto de Brasília – grupo composto por entidades representativas do Fisco nas três esferas, responsável por elaborar um conjunto de suges-



tões tributária que dispõem sobre estratégias para o aperfeiçoamento do sistema tributário nacional.

No documento intitulado: Princípios de um sistema tributário em defesa da sociedade, entregue aos parlamentares, são elencadas pre-

missas para uma distribuição mais justa da carga tributária, eliminação de benefícios fiscais ineficientes, a redução das desigualdades, além do fortalecimento do pacto federativo e desenvolvimento nacional.

Durante o encontro os representantes do Fisco apontaram a importância da realização de uma

Audiência Pública para ampliar o debate sobre o tema em questão, sendo a proposta bem recebida por ambos deputados.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

## Entidades de Fiscalização cobram textos das PECs 45 e 110

O presidente da Fenafisco, Francelino Valença, afirmou em entrevista ao Congresso em Foco que, apesar de o Ministério da Fazenda ter uma secretaria especial voltada à reforma tributária, ainda não há textos disponíveis para que entidades analisem as propostas de mudanças incluídas nas PECs 110 e 45.

Diante da aproximação da data de entrega do relatório da reforma tributária na Câmara dos Deputados, prevista para o dia 16, Valença cobra a exposição das propostas para que a Federação possa fazer também suas sugestões de aprimoramento junto com demais entidades de fiscalização e tributação.

“Nós não sabemos nem sequer qual é o texto integral. Há princípios e indicadores, mas ninguém hoje consegue dizer para onde caminha essa reforma tributária tirando a tributação de consumo pelo IVA [Imposto sobre Valor Agregado]”, disse Valença.

Entre as maiores preocupações da entidade em relação às PECs estão a transparência nos conselhos e hierarquia à frente da gestão da arrecadação para que ela não seja sequestrada em nome de interesses diferentes dos da sociedade e do Estado, bem como a ausência de uma mudança



real na matriz tributária, que é altamente regressiva e deveria ser mais progressiva na visão de Valença.

Outro ponto de preocupação mencionado pelo presidente da Fenafisco é o desenho da reforma que, segundo Valença, faz com que en-

tes nacionais, estados e municípios, renunciem a competências, de atribuições e do poder conferido pela Constituição de 1988 de ter autonomia para gerir a arrecadação.

Fonte: Congresso em Foco

## ALRS convida ex-governadores para debater os desafios da reforma tributária

A Fenafisco, representada pelo diretor para Assuntos Parlamentares, Celso Malhani, acompanhou em 3/5 audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – ALRS, que convidou os ex-governadores do estado Germano Rigotto, Tarso Genro e Olívio Dutra para debater os desafios do sistema de tributos, na Comissão Especial da Reforma Tributária da Casa.

Na ocasião, o ex-governador Germano Rigotto, relembrou as tenta-

tivas frustradas de se aprovar uma Reforma Tributária no país nas últimas décadas, dificultada pela pressão de diversos setores, mas elogiou o texto da reforma em discussão atualmente no Congresso.

Para o ex-governador Tarso Genro, a reforma não pode ser feita, sem antes se considerar os aspectos fiscais e o tamanho do Estado. Para ele todas as tentativas anteriores de reformar o sistema tributário falharam ao partir dos gastos e não das receitas. Ele considera que 80% do problema brasileiro

está na arrecadação e não nos gastos.

O ex-governador Olívio Dutra afirmou que “o imposto é uma construção histórica que trouxe um pouco de equidade à vida humana, lembrando a máxima “quem pode pagar mais, quem pode menos, paga menos”. Na visão do petista, o imposto estimula o progresso humano, a convivência, a estrutura social baseada na justiça social.



## REFORMA TRIBUTÁRIA

## Pacto de Brasília apresenta emenda à PEC dos Quinquênios

O presidente da Fenafisco, Francelino Valença, conduziu reunião com as entidades do Pacto de Brasília em 17/5, para alinhar o trabalho parlamentar para garantir a inclusão de todos os servidores públicos, principalmente das carreiras da administração tributária, à PEC 10/2023 (Quinquênios).



Mobilizado pela articulação do Pacto de Brasília, o senador Weverton Rocha (PDT/MA), apresentou à matéria as emendas nº 5, que requer a inclusão das administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e nº 6, que adiciona os demais agentes públicos. No texto original, o adicional de tempo de serviço de

5% nos vencimentos a cada cinco anos seria instituído apenas para as carreiras jurídicas (magistrados e membros do Ministério Público).

Os dirigentes irão atuar junto aos senadores em busca de apoio para a aprovação das emendas, que se-

rão analisadas pelo relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Eduardo Gomes (PL/TO).

A PEC 10/23 é uma reedição da PEC 63/2013, arquivada ao final da última Legislatura.

### O que é o Pacto de Brasília?

Colegiado integrado pelas representações associativas, sindicais e federativas dos servidores ocupantes de cargos efetivos das Administrações Tributárias da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, constituído em 2019 para defender princípios em defesa da sociedade, da redução da desigualdade social e da administração tributária de Estado.

## GT debate os efeitos da reforma tributária na assistência social

Celso Malhani acompanhou mais um debate promovido pelo Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados, que discute a reforma tributária (PECs 45/19 e 110/19) em 10/5. O destaque da audiência foi a participação do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, convidado pelo deputado para discutir os efeitos positivos da reforma na Assistência Social.

Durante a audiência pública o ministro fez apelo para que os alimentos sejam incluídos como itens prioritários na reforma tributária, visando atender às necessidades dos mais pobres.

“Quero fazer um apelo para que tenhamos um olhar para a alimentação. Quero destacar a necessidade de termos um princípio entre os pontos importantes na alteração constitucional, colocando os alimentos como um dos itens. Tenho responsa-



bilidade com os mais pobres e a tarefa de cuidar, e precisamos ter uma alimentação no Brasil mais barata, mais em conta”, frisou o ministro.

Wellington Dias lembrou que a pandemia afetou a segurança alimentar em todo o mundo, e ressaltou que os preços dos alimentos da cesta básica aumentaram em várias regiões, o que afeta diretamente os mais pobres. “Com essa reforma tributária,

o Brasil cresce e o Brasil ganha”, acrescentou. A audiência debateu a reforma tributária e seus efeitos positivos para o desenvolvimento e a assistência social no Brasil. O coordenador do grupo, deputado Reginaldo

Lopes (PT-MG), disse que o colegiado pretende realizar um seminário final com as bancadas estaduais na Câmara antes de enviar um relatório ao presidente Arthur Lira (PP-AL). O relator das propostas de reforma tributária é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Fonte: Gov.br | Edição: Fenafisco

## SERVIÇO PÚBLICO

## Previdência escuta demandas de servidores e sugere criação de grupo de trabalho

O diretor para Assuntos Parlamentares da Fenafisco, Celso Malhani, e lideranças que compõem o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), se reuniu em 9/5 com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi. Na oportunidade foi debatido a reversão dos efeitos prejudiciais trazidos pela Emenda Constitucional 103/2019, da Reforma da Previdência.

O grupo reivindicou apoio à tramitação da PEC 555/2006, que extingue a cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e dos pensionistas, e a mudança na regra de cálculo dos benefícios de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte; além da reabertura,



com prazo maior, da janela de migração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar

(RPC), para que os servidores tenham mais tempo para analisar e tomar decisões.

Para atender o grupo, Lupi sugeriu a criação de um grupo de trabalho, composto por integrantes do colegiado e por representantes técnicos do Ministério, que terá 90 dias para discutir o tema e elaborar um projeto, que posteriormente será apresentado ao Congresso Nacional.

No encontro o ministro ressaltou que necessitará da ajuda de todos e que manterá as portas abertas no sentido de somar forças no trabalho para resgatar os direitos que foram suprimidos na Reforma da Previdência.

Fonte: Anfip / Edição Ascom Fenafisco

## Fonacate define pautas para debate na Mesa Nacional de Negociação Permanente

Celso Malhani, participou em 9/5, de assembleia promovida pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – Fonacate, para avaliar pautas importantes para o funcionalismo, como o projeto de lei que estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública (PL 711/2019) e projetos alternativos à PEC 32/2020.

A mesa de negociação deve ser instalada até o fim do semestre. Com isso, Fonacate e afiliadas estabeleceram alguns pontos a serem levados ao debate.

A regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da negociação coletiva e do direito de greve no setor público; a liberação do servidor público com manda-



to classista com ônus para a União; data-base; e alternativas à reforma administrativa estão entre os temas prioritários.

Negociação coletiva está prevista tanto na Convenção 151 quanto no projeto de lei (PL) 711/2019, que está no Senado Federal. Para o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, é preciso resgatar essas

propostas e incluir melhorias “como, por exemplo, a data-base do serviço público”.

Marques, também destacou a preocupação com as Emendas à Constituição 113 e 114, que estabelecem o novo regime de pagamentos de precatórios.

O Fórum vai organizar uma manifestação pública para sensibilizar o governo. Conforme exemplificou Marques, “tem gente esperando há mais de 30 anos e não pode sofrer um calote”.

Fonte: Fonacate / Edição: Ascom Fenafisco



## Fenafisco participa de treinamento para os líderes sindicais em Berlim

A Fenafisco, por meio do diretor parlamentar Celso Malhani, integrou a delegação brasileira de entidades sindicais representativas do setor público, participantes do programa de aperfeiçoamento promovido pelo instituto República.org e pelo Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), em parceria com a Hertie School.



A capacitação foi realizada entre os dias 22 e 26 de maio, em Berlim, e teve como objetivo fomentar debates para aprimorar os fundamentos sobre a gestão pública no Brasil.

A atividade foi composta por seminários sobre Inovação do setor

público; Gestão Estratégica de Recursos Humanos; Estrutura dos sindicatos alemães, entre outros.

A abertura do treinamento contou com a palestra “Desafios e oportunidades em tempos de crises múltiplas:

As contribuições dos líderes sindicais do setor público brasileiro”, ministrada pelo pesquisador Dr. Marco Antonio Teixeira, pós-doutorado pela Universidade de Heidelberg (Alemanha).

Na oportunidade Celso Malhani destacou a importância de programas de intercâmbio para a modernização da gestão pública, e parabenizou a qualidade dos debates sobre temas que desafiam o cotidiano político, jurídico e sindical das entidades, instrumentalizando melhor a defesa e valorização do setor público.

## Fenafisco prestigia lançamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2023

A Fenafisco, representada pela suplente Eli Sena (Sindifisco-AM), prestigiou em 5/5 Sessão Solene de lançamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2023, no Plenário da Câmara dos Deputados.

A solenidade contou com a presença de parlamentares, da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, autoridades e entidades parceiras, oportunidade em que os presentes reconheceram a importância da educação fiscal e do seu papel no debate sobre a função social dos tributos, e a participação do cidadão no aperfeiçoamento dos instrumentos de controle público e fiscal do Estado.

Em 2023 serão cerca de R\$ 60 mil em premiações para as categorias Escolas, Instituições, Imprensa e Tecnologia; divididos em valores



que variam de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil.

Organizado pela Febrafite, o Prêmio Nacional de Educação Fiscal conta com parceria da Ministério da Educação, da Receita Federal, do Tesouro Nacional, do Grupo de Trabalho Educação Fiscal (GT 66) vinculado ao Conselho Nacional

de Política Fazendária (Confaz), do Encat (Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais), do CIAT, dentre outras instituições e órgãos dos governos dos entes federados.

As inscrições da edição 2023 ficam abertas até o dia 30 de junho.

## Fenafisco prestigia 73 anos da ANFIP

**A** Fenafisco prestigiou por meio do diretor para Assuntos Parlamentares, Celso Malhani, a cerimônia de aniversário dos 73 anos de atuação da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – Anfp, realizada em 9/5. O evento foi celebrado no Brasília Palace Hotel (DF).



Entre os mais de cem convidados, marcaram presença o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi; José Celso Cardoso, assessor especial da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; a secretária especial adjunta da Receita Federal do Brasil, Adriana Gomes Rêgo; e o Auditor Fiscal e represen-

tante da Embaixada da Espanha, Francisco Javier Sánchez Gallardo.

O evento também foi destinado à entrega da premiação aos vencedores do I Prêmio ANFIP de Ações Inovadoras, com participação de Auditores Fiscais de todo o Brasil, que buscou ideias

criativas e sugestões para aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de trabalho da Auditoria Fiscal nas áreas de Tributos Internos, Previdência Social e Fiscalização Aduaneira. O anúncio dos vencedores foi feito pelo coordenador da Comissão Julgadora, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira.

Na oportunidade Malhani congratulou o importante trabalho realizado pela Anfp em defesa do Fisco e da sociedade brasileira e desejou uma próspera trajetória de sucesso da entidade.

Com informações Ascom Anfp/  
Com edições Ascom Fenafisco

## Conselho Fiscal avalia transações contábeis e execução orçamentária

**E**m paralelo à 220ª reunião do CD, os membros do Conselho Fiscal da Fenafisco, presididos por Anatal de Jesus Oliveira (Sindifisco-AP), se reúnem nos dias 30 e 31/5, em Brasília.

Durante o encontro o Conselho irá avaliar os contratos referentes ao período de janeiro a abril de 2023, os procedimentos organizacionais e as transações financeiras, além dos registros contábeis, concomitante com a execução orçamentária da entidade.

Ao final o grupo irá produzir a ata e relatório do período aferido.

Compõem o Conselho Fiscal: Anatal de Jesus Pires de Oliveira – Sindifisco/AP; Leyla Maria Alves – Sindifisco/AC e José Caetano Mello Junior – Sinaffepi/PI.

